

Quando o “novo sindicalismo” bancário entra em cena no Estado de Santa Catarina*

Zenaide Sachet¹

Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

José Carlos da Silva

Centro Universitário Municipal de São José

O trabalho tem como objetivo analisar a participação das direções no movimento sindical bancário no Estado de Santa Catarina, analisando seu poder político, seus aspectos organizativos e lutas. Analisar-se-á a história do movimento sindical bancário no Brasil e em Santa Catarina, numa tentativa de entender o trabalho das novas direções, a organização das entidades e as novas formas de luta. O segundo momento constitui o estudo de caso do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região. Verificar-se-á a postura política da antiga diretoria (1984-87), o período de transição com o surgimento do MOB (Movimento de Oposição Bancária) e a nova diretoria (1987-90). Para efeito de análise, destacar-se-á a postura estratégica de uma e de outra para que possamos analisar o resultado do trabalho efetuado por ambas.

Palavras-chave: Novo sindicalismo – Bancários – Movimento de oposição

The aim of this paper is to analyze the roll of the board of directors of the bank trade union movement in State of Santa Catarina, analyzing their political power, organizational aspects and their struggles. The history of the bank trade union movement in Brazil and Santa Catarina will be analyzed in an attempt to understand the work of the new board of directors, the entities organization, and new forms of struggle. After that, there will be study the case of the Banking Association of Florianópolis and Region. Also will be analyzed the political directions of the former board of directors (1984-87), the period of transition with the rise of MOB (Opposition Movement Banking) and the new board (1987-90). For purposes of analysis it will be highlighted the strategic posture of both entities so we can analyze the results of their work.

Keywords: New unionism – Banking – Opposition movement

* When the “new unionism” banking enters the scene in State of Santa Catarina

¹ J.C. da Silva é doutor em Sociologia Política, professor do Centro Universitário Municipal de São José. Zenaide Sachet é mestre em Sociologia pela Unicamp, Coordenadora do Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM), Florianópolis, SC. Endereço para correspondências: Rua Prof. Milton Sullivan, 91, Carvoeira, Florianópolis, SC, 88040-620 (jcsilvaufsc@ig.com.br).

No primeiro semestre de 1987, após o fracasso do Plano Cruzado e o consequente arrocho salarial, o Brasil assistiu a intensas greves e mobilizações dos trabalhadores. Quais seriam os motivos que levaram aos movimentos grevistas em todo o país? A resposta estava num movimento que iniciou na década de 70 e que tomou expressão em 1978, nas greves do ABC paulista, o chamado “novo sindicalismo”.²

Buscou-se traçar um paralelo deste com o “antigo sindicalismo” para definir que: o “novo sindicalismo” é um movimento que se diferencia do outro, principalmente por comportar em seu interior um grau de combatividade pelas lideranças, não visto antes, independentemente das concepções ideológicas presentes no movimento. Foi por esta razão que se procurou pautar os objetivos com o intuito de contribuir para a compreensão do sindicalismo, analisando fundamentalmente o papel dessas lideranças nos rumos do movimento sindical.

Ainda no primeiro semestre de 1987, o Movimento de Oposição Bancária (MOB) vencia as eleições do maior sindicato de Santa Catarina, o Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região. Aumentaram-se assim as chances de verificar na prática a atuação das lideranças do “novo sindicalismo”.

Neste estudo, tratar-se-á de verificar a participação das direções no movimento sindical, analisando seu poder político: o estudo do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região (SEEB-Fpolis), nos seus aspectos organizacionais e de lutas, a identificação da postura estratégica da antiga diretoria até 1987 e da nova (posse em 1987).

O Sindicalismo Bancário no Brasil

A organização sindical bancária teve seus primórdios em São Paulo com a criação da Associação de Funcionários do Banco de São Paulo em 1923.

A dificuldade de organização que existia no início do século está relacionada à pouca importância do setor na economia em comparação com outros. Os ferroviários e portuários, por exemplo, eram as categorias mais importantes, reunindo um grande número de trabalhadores, e já possuíam organização e associações desde o século passado (CÂNEDO, 1986). O pequeno número de funcionários espalhados pelo território, poucos bancos, explica tal dificuldade de organização da categoria. Nesse período os financiamentos da cafeicultura eram feitos por agências de bancos estrangeiros. Com o desenvolvimento da economia, contudo, surge a necessidade da implantação de bancos para fornecer crédito aos agricultores.

Depois de 1930, o sistema bancário começa a se expandir rapidamente por todo o país, crescendo sua importância na economia. O Estado, a partir de então, passa a intervir nas atividades e na organização dos trabalhadores bancários.

² Para uma análise do “novo sindicalismo”, ver Antunes (1995).

Em 1932, os funcionários do Banco do Estado de São Paulo deflagraram a primeira greve bancária no país. O movimento, que durou três dias e teve suas reivindicações atendidas, representou um marco no movimento bancário e dos trabalhadores em geral. As reivindicações de gratificação, proibição de dispensa e horas extras passaram a fazer parte das exigências também de outras categorias.

Em 1934, ocorreu a primeira greve nacional dos bancários, com a participação de vários sindicatos do país, que lutavam pela aposentadoria e estabilidade aos dois anos de serviço. A segunda greve nacional aconteceria em 1946, durou dezenove dias e contou com a adesão de cidades como Porto Alegre, Florianópolis, Recife, etc. A greve foi fruto de impasse entre banqueiros e bancários frente às reivindicações da categoria. O fim do movimento se deu com a intervenção do Ministério do Trabalho, que ameaçou os grevistas com demissão.³

Em setembro de 1962, surge a greve nacional dos bancários. O movimento apresentava reivindicações econômicas e políticas: aumento salarial, reforma de base, governo nacionalista e democrático. Ainda no referido ano ocorreu a greve nacional dos trabalhadores do Banco do Brasil, que durou um dia. A relevância deste movimento estava associada a dois projetos que circulavam na Câmara Federal. O primeiro projeto era do deputado Sérgio Marino, o qual propunha a retirada do 13º Salário. O segundo, e o mais polêmico, era de autoria do deputado Daniel Faraco, que dizia respeito à reforma do sistema bancário (MINELLA, 1988).

Em 1958 é criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (CONTEC). A entidade é reconhecida pelo presidente Juscelino Kubitschek em 1959. A criação da Confederação foi um fato marcante na organização dos trabalhadores bancários. A CONTEC teve uma importante participação nos movimentos grevistas e nas lutas gerais da categoria. Exemplo disso foi o projeto de reforma bancária apresentado em 1963 pela entidade, fruto do descontentamento das lideranças em relação ao “Projeto Faraco”, que consideravam muito negativo para a categoria.⁴

A CONTEC liderou muitas greves, demonstrando organização das lutas dos trabalhadores, liderando o movimento sindical bancário na época. Em 6 de dezembro de 1962, a Confederação coordenou uma greve nacional contra os projetos dos deputados Daniel Faraco e Sérgio Marino, que durou apenas um dia. Em maio de 1963, surge outra greve nacional, de campanha salarial, coordenada também pela entidade.

Após o Golpe Militar de 1964, o movimento sindical começa a sofrer um forte refluxo. Em primeiro de abril daquele ano, a CONTEC sofreu intervenção,

³ A greve mais longa foi a dos bancários paulistas em 1951, que durou 67 dias e contou a participação de 70% da categoria. A adesão por parte dos bancos particulares, todavia, foi pequena (CÂNEDO, 1986.)

⁴ *Ibidem*.

seu presidente foi preso. O golpe desencadeia a política de intervenção nas organizações sindicais dos trabalhadores bancários, com cassação de mandatos, perseguição política. Os trabalhadores do Banco do Brasil, que tinha o maior grau de organização, foram os mais atingidos. Nos bancos públicos, pelo fato de a rotatividade do trabalho ser menor, o movimento sindical consegue ainda formar seu maior número de lideranças.

De 1964 a 1985, há uma expansão do sistema financeiro através de facilidades criadas pelo regime ditatorial. Até o início do período, os bancos oficiais eram os únicos que atuavam em território nacional, outros bancos eram regionalizados e os privados não contavam com o porte de hoje. Após a criação do Banco Central, ficou favorecido o crescimento dos bancos privados, por meio dos recursos públicos transferidos à iniciativa privada.

A intervenção na CONTEC, nas federações e sindicatos, criou um período propício para que a política sindical estivesse ligada à política patronal. A CONTEC, que surgiu com a resistência dos trabalhadores, passou a ser acusada de não representar a defesa dos seus interesses.⁵

Apesar de os sindicatos de bancários no país sofrerem com intervenções e mudanças em suas políticas de ação no período autoritário, alguns sindicatos renovaram suas diretorias na década de 70, com a vitória de oposições sindicais. Por este motivo, em 1979, algumas capitais vivenciaram greves bancárias, como Porto Alegre, que ficou 14 dias em greve, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo. Por serem isoladas, foram vítimas de forte repressão, sendo eliminadas sem que conseguissem suas reivindicações, embora se constituíssem em importantes focos de resistência.

O movimento bancário retomou sua expressão mais unitária na primeira grande campanha salarial unificada, em 1985, depois de uma tentativa em 1984, mediante a unificação da data-base da categoria, antes com datas-base regionalizadas diferentemente⁶. No interior do movimento, porém, a correlação de forças entre as posições do “antigo” e do “novo” sindicalismo ainda era muito desigual, quando a maioria dos sindicatos do país estavam ligados às posições antigas.

O “novo sindicalismo”, contudo, consegue hegemonia na campanha, contando a seu favor o ato de que os sindicatos de bancários filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) eram os de maior expressão e representavam um contingente significativo de trabalhadores.

⁵ Em nota publicada na “Folha Sindical” do SEEB-Fpolis, há denúncias como: “Mais um golpe da CONTEC”. Nesta nota a entidade é acusada de desrespeitar a decisão do encontro dos bancários, mudando a data e o local de negociação com os banqueiros, o que beneficiaria os banqueiros (Folha Sindical, 18 de Agosto/1987).

⁶ A greve de 1985 teve importantes conseqüências para o movimento bancário, especialmente em relação a novo sindicalismo. Considerada pela mídia como o movimento com vistas salariais mais importantes depois de 1964, ela emergiu de uma nova forma de organização, com comando nacional, e fixou a data-base em primeiro de setembro de cada ano. O comando encaminhava as resoluções nos encontros. As greves de 1985, 1986 e 1987 foram lideradas pelo comando nacional.

A partir de então, os movimentos da categoria estão cada vez mais ligados ao “novo sindicalismo”, que se transformou no maior impulsionador das greves nacionais. Em muitas regiões, as oposições sindicais vencem eleições. Há uma troca bastante significativa nas diretorias no interior dos sindicatos no país. Em Santa Catarina também ocorre esse processo de renovação, como se poderá verificar a seguir.

O Sindicalismo Bancário em Santa Catarina

Em Santa Catarina, o movimento sindical surgiu com maior expressão a partir de 1985, após a campanha nacional unificada de setembro. Dela emergiu o Movimento de Oposição Bancária (MOB), que foi o maior impulsionador do movimento estadual, caracterizando a sua importância.

Até aquele momento, o sindicalismo bancário no Estado estava mais ligado ao sindicalismo oficial da Federação dos Bancários. De cunho basicamente burocrático e assistencial, a ação política se caracterizava pelo reforço da estrutura sindical de Estado.⁷

A postura do sindicalismo de Estado se fazia sentir na imobilidade referente aos movimentos da categoria que se davam em escala nacional. A tentativa de unificação da campanha salarial de 1984, que contou com movimentação em muitos Estados, em Santa Catarina ficou a cargo apenas da organização espontânea de alguns bancários⁸. Nesse sentido, a ação política em favor dos banqueiros, que é passada por meio da cooptação das federações bancárias, se verifica na ação de cada sindicato que em torno delas se organizava.

O surgimento de novos movimentos de oposição bancária em Santa Catarina ligada à nova postura sindical desenha o novo cenário do sindicalismo no Estado. O MOB, como movimento de oposição e depois, como diretoria em 1987, quando ganha as eleições para o Sindicato dos Bancários de Florianópolis, que será visto mais adiante, desenvolve uma política de construção de um novo pólo no cenário do sindicalismo estadual, incentivando e participando da organização destes movimentos.⁹

Essas novas aglutinações de forças redesenhariam os rumos que o movimento sindical tomaria em Santa Catarina, bem como a divisão de águas que deixaria pelos defensores do sindicalismo tutelado pelo Estado.

⁷ Para uma análise da estrutura sindical de Estado (ver BOITO Jr, 1991; SILVA, 1999).

⁸ Eram bancários do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), que faziam oposição à diretoria do sindicato. Eles pretendiam disputar as eleições da entidade em 1984, mas, segundo eles, perderam a data de inscrição.

⁹ Poder-se-á citar o surgimento do Movimento Pró-Bancários (MPB) em Criciúma, que resultou na conquista do sindicato. Também os movimentos de oposição em Itajaí, Blumenau, Rio do Sul, as diretorias dos sindicatos de Chapecó, São Miguel do Oeste, Joaçaba e Concórdia, que juntamente com o SEEB-Fpolis formaram uma unidade em torno de um novo projeto sindical para o Estado.

Os movimentos unificados em nível nacional, com a greve de Setembro de 1986 e a de Março e Setembro de 1987, ocorreram com sucesso no Estado e em particular nas regiões de trabalho destes sindicatos¹⁰. Levaram consigo muitas vezes os sindicatos aliados à antiga postura, forçando-os a mobiliarem a categoria nas campanhas unificadas.

Em 1988, após as greves nacionais da categoria e a pouca participação de algumas regiões do Estado, provocada pelas diferentes posturas ideológicas, intensificou-se a disputa entre os sindicatos. Tal questão, juntamente com as constatações da participação das entidades na eleição e na política burocrática da Federação, contribuiu para uma nova discussão nos sindicatos enquadrados na nova postura, ou seja, a filiação à Central Única dos Trabalhadores. O Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região, por exemplo, após meses de discussão, filiou-se em novembro de 1988. O Sindicato dos bancários de Criciúma filiou-se no ano seguinte.

O SEEB-Fpolis, além de filiar-se à CUT, com o propósito de sair da estrutura sindical de Estado, desfiliou-se da Federação e passou a discutir a criação do Departamento Estadual dos Bancários da CUT de Santa Catarina (DEB-CUT-SC). Apesar do fato, a discussão da filiação à CUT e a participação no DEB, independente da desfiliação da Federação, Criciúma, Chapecó não se desfiliam da Federação e participaram da discussão de formação do DEB, assim como alguns movimentos de oposição bancária do Estado.¹¹

O DEB, como organização política, buscou criar um polo aglutinador e de resistência entre as entidades de oposição à antiga postura sindical. Em muitas eleições sindicais no Estado, ficava clara a correlação de forças do DEB e a Federação no apoio a chapas distintas.

O Sindicato dos Bancários de Florianópolis e a nova postura sindical

Nesta parte do trabalho, analisar-se-á o SEEB-Fpolis-Região em dois momentos que evidenciam duas concepções sindicais: o “antigo” e o “novo” sindicalismo. Para efeito de análise, destacar-se-á a diretoria que assumiu em 1984 e dirigiu a entidade até 1987, como ilustrante do “antigo sindicalismo”. Neste contexto, será analisado o período de transição, que se efetuou pelo surgimento de um movimento de oposição sindical e a vitória de novas lideranças nas eleições de 1987, o que caracterizará o “novo sindicalismo”.

¹⁰ Em 1988, Santa Catarina possuía aproximadamente 25 mil bancários, 14 mil filiados, representados por 17 entidades sindicais. Estes 17 sindicatos formam o conselho representativo que elege a diretoria da Federação Estadual, com cada entidade representando um voto neste conselho, independentemente do número de associados.

¹¹ Os movimentos de oposição bancária de Rio do Sul, Blumenau e Itajaí participam do DEB.

Verificar-se-ão, como forma de demarcação da nova postura sindical, os compromissos que as novas lideranças sindicais possuíam como movimento de oposição bancária, a gestão em 1987. Questões como o trabalho de informação e divulgação, destinação de verbas, campanha de sindicalização, formação sindical e novo estatuto elucidam a nova prática sindical destas lideranças. Ainda como foco de análise, abordamos a postura estratégica e ideológica da nova direção no sentido de elucidar que tipo de sindicalismo queria construir.

Postura estratégica da antiga diretoria

A diretoria, que assumiu em abril de 1984, foi eleita num pleito em que participaram 2.200 filiados ao sindicato, dos 3.073 associados que existiam até então. Duas chapas, naquele momento, concorriam às eleições: a chapa 1, que foi a vencedora com 1.997 votos, e a chapa 2, com 91 votos, que pouco se distanciou da quantidade de votos nulos, que foram de 63.

Apesar de existirem duas chapas concorrendo às eleições, não havia diferença na concepção sindical que apresentavam. A diretoria eleita foi empossada em 27 de maio de 1984.

Percebe-se que, na gestão da antiga diretoria, as reuniões no Sindicato eram basicamente de cunho assistencialista (serviços médico-odontológicos), atividades festivas e esportivas. A ênfase aos serviços de saúde ficava expressa nas atas de reunião da diretoria. Na maioria delas se encontram discussões sobre o atendimento médico-odontológico ou até mesmo a criação de uma barbearia para os bancários, subsidiada pelo sindicato. Ainda dentro das questões assistenciais, podemos salientar a atuação na área jurídica, que ficava limitada a ações individuais na justiça, contra os bancos, quase sempre de ex-funcionários.

Os filiados ao Sindicato somavam muito pouco. A maioria funcionários do BESC, quando iniciavam seu trabalho no banco, já tinham sua filiação quase que automática, por meio da ficha de filiação, que recebiam para preencher. A então diretoria não se preocupava com este aspecto. A forma de atuação assistencialista da diretoria, ao contrário, ficava favorecida pelo fato de existirem poucos bancários para atender.

As assembléias da categoria eram geralmente convocadas por jornal de pequena circulação no município, o que contribuía para a inexpressiva participação dos trabalhadores. Essa prática já vinha da diretoria anterior, da qual, em termos de concepção sindical, poder-se-á afirmar, que é a continuidade da gestão de 1984.

Tal postura foi uma constante até agosto de 1985, quando as preocupações corriqueiras como finanças, dispensas de empregados, contratações, atividades festivas passam a ser divididas com outras informações.

Entravam em cena os acontecimentos nacionais que dizem respeito aos movimentos de luta dos trabalhadores. Diretores locais participavam de encontros nacionais a fim de discutirem as resoluções a serem encaminhadas nacionalmente.

A partir de 26 de junho de 1986 (data da única assembléia da categoria em ata, desde a posse da diretoria) começam a acontecer assembléias ordinárias, extraordinárias e até específicas por banco. Qual seria a explicação para essa mudança repentina na postura estratégica da diretoria naquele momento?

Esta mudança está relacionada a dois fatores. O primeiro, de ordem conjuntural, ou seja, as dificuldades que vinha sofrendo a categoria pelo arrocho salarial e as condições de trabalho, que faz emergir as lutas sindicais do movimento bancário no país, repercutindo em Florianópolis. O segundo está relacionado com o primeiro, de cunho local, é o surgimento do Movimento de Oposição Bancária (MOB), aliado do “novo sindicalismo”, que começou a se fazer presente nos movimentos da categoria, pressionando a então diretoria do sindicato a assumir as bandeiras de luta dos trabalhadores.

O MOB

Uma forma encontrada pelos trabalhadores da nova visão sindical de conquistar os sindicatos aliados à antiga estrutura sindical é a formação dos movimentos de oposições sindicais. Os referidos movimentos se constituem numa organização com vistas a mobilizar as categorias, fortalecer os sindicatos, conquistar a direção destes e construir um novo projeto sindical.

A direção do SEEB-Fpolis (gestão 1987-90) surgiu de um movimento de oposição bancária, o MOB. Este despontou dentro de um contexto de organização de vários movimentos de oposições sindicais bancárias no Brasil. Viviam-se um período de confronto entre as oposições do “antigo sindicalismo” e do “novo sindicalismo”. A correlação de forças ocorria pela divisão em nível nacional, da representação da categoria nos dois tipos de posturas sindicais. Os Sindicatos dos Bancários de Porto Alegre, de São Paulo e do Rio de Janeiro se caracterizavam pela postura do “novo sindicalismo” e representavam um contingente muito grande de bancários. Além desses, existiam outros sindicatos no interior. Poder-se-á classificar, todavia, que a grande parte das entidades sindicais bancárias existentes no país compartilhavam da antiga postura sindical.

O MOB surgiu na greve dos bancários de setembro de 1985. Na época, em Florianópolis, quase a totalidade dos sindicatos existentes eram marcados pela antiga postura sindical e não existia outro movimento de oposição com características daquele. Em Santa Catarina, a situação não era muito diferente, com exceção aos sindicatos dos trabalhadores em minas carboníferas de Criciúma e dos trabalhadores rurais da região do Extremo Oeste do Estado.

O lançamento do movimento ocorreu em abril de 1986. De setembro a abril aconteceram reuniões, aglutinação de pessoas em torno da discussão do novo projeto sindical. De abril de 1986 em diante, novas reuniões já visualizavam a maior participação da categoria bancária.

O SEEB-Fpolis estava debilitado pelo crescente desgaste que sofria a então diretoria. Sua estrutura organizacional era burocratizada, não permitia o acesso dos bancários à organização. A desinformação e o não encaminhamento das reivindicações dos trabalhadores eram marcas do sindicato. A descrença que existia em relação à diretoria ia aumentando e afetando, conseqüentemente, a própria entidade.

O MOB surgiu como um polo aglutinador desse sentimento de oposição à diretoria do Sindicato e com uma nova proposta para a estrutura sindical de Estado. A manifestação destas idéias se dava nas assembleias da categoria, na organização de greves, em boletins, numa postura de distinção da então diretoria, o que pouco a pouco vai tornando o MOB a liderança política da categoria local.

Começam a existir, a partir de então, os confrontos com a diretoria, mas que não poderia soar para os bancários como divisão do movimento, por exemplo, numa greve, que naquele momento, precisava reforçar o princípio da unidade. O MOB fez campanha de filiação como forma de fortalecer a entidade e, obviamente, modificar o quadro dos votantes para a eleição. Não alheia aos fatos, a diretoria tentou impedir o crescimento do movimento, bloqueando a filiação de bancários, participantes da oposição que concorreria às eleições que estavam se aproximando.

A importante participação do MOB nas greves dos trabalhadores deixa cada vez mais clara a sua capacidade de mobilização. A greve de Março de 1987, que resultou em nove dias de paralisação, foi conduzida em Florianópolis pelo MOB. A greve iniciou em 24 de Março e terminou em 2 de Abril.

Um mês após a greve, ocorreram as eleições para a nova diretoria do SEEB-Fpolis. O resultado apontou 2.258 votos para o MOB e 645 para a outra chapa concorrente. Este resultado pode ser atribuído à grande organização da oposição e ao descontentamento dos trabalhadores com a diretoria que vinha dirigindo o Sindicato até então.

A postura estratégica da nova diretoria

A diretoria que assumiu em 1987 tem uma estratégia de organização, mobilização da categoria e política administrativa bem diferenciada da antiga. A partir da posse, observa-se outro modo de condução do Sindicato.

Ainda como movimento de oposição, os militantes definiram as propostas que possuíam para a entidade. Intitulado “o sindicato que queremos”,

os compromissos tinham quatro direcionamentos: o primeiro deles era em relação à estrutura organizacional, que contemplava a formação de departamentos dentro do Sindicato. O segundo relacionava-se com a organização da base, sugerindo a criação de delegados sindicais, comissão de banco, divisão da base em microrregiões, campanha de sindicalização, encontros de bancários, campanha de participação na entidade, diretoria de aposentados. O terceiro se referia à política administrativa e jurídica, ou seja, desburocratização, novo estatuto e discussão sobre finanças.

Estes compromissos foram divulgados para os trabalhadores por meio do órgão informativo do MOB, de janeiro de 1987. Os compromissos levados à prática, que será destacado a seguir, podem constatar as prioridades dadas pela diretoria e como realizou tais trabalhos.

A nova postura se transforma não somente num ponto de discernimento entre o “novo” e o “antigo sindicalismo”, mas abre perspectivas de análise que caracteriza o “novo sindicalismo”, que desenvolve esta nova diretoria.

O departamento de imprensa

O departamento de imprensa, uma das primeiras concretizações das novas lideranças sindicais, tornou-se um dos setores de destaque, pois cumpre a função de elaborar informativos que colocam o sindicato em constante contato com os trabalhadores.

Neste departamento, ressalta-se uma forma de autonomia funcional, com a profissionalização de suas atividades internas. A “Folha Sindical”, informativo semanal, é elaborada por jornalista, fato que se diferencia da prática ainda muito comum no sindicalismo brasileiro, em que os próprios diretores sindicais efetuam boletins para a categoria. Além de caracterizar uma prisão do dirigente às atividades-meio da entidade, o resultado desta tarefa quase sempre é de conteúdo meramente opinativo.

Por ser o principal meio de informação e divulgação do sindicato, a “Folha Sindical” absorve maior trabalho do departamento. O jornal possuía dois critérios de elaboração: o espaço opinativo do informativo é editorial, que fica a cargo da diretoria; o resultado do boletim, de matéria de cunho informativo, elaborado pelos profissionais.¹²

¹² Apesar das preocupações na elaboração do principal meio de comunicação, a informação ainda encontra problemas, na medida em que o jornal não chegava à boa parte da categoria. Os diretores aproveitavam o espaço de distribuição do jornal para conversar e prestar esclarecimentos, e por este motivo geralmente ficavam sem tempo de percorrer todos os bancos. Muitos bancários, dessa forma, não recebiam o boletim. Para uma tiragem de cinco mil jornais, numa base de mais de sete mil bancários, frequentemente sobravam muitos jornais.

Em termos de infraestrutura, o departamento recebeu investimentos no sentido de permitir a confecção quase total dos informativos da entidade. Em 1988, foi adquirido um carro de som, com fundos providos de uma campanha feita entre os próprios bancários, utilizado principalmente para a divulgação de assembléia e nas greves dos trabalhadores.

Destinação de verbas

Poder-se-á caracterizar essa nova postura sindical também pela administração dos recursos financeiros, a criação de novas formas para arrecadar fundos, bem como pela postura diante do imposto sindical.

O velho imposto sindical, principal fonte de arrecadação de muitos sindicatos no país, deixou de ser a principal fonte de arrecadação do SEEB-Fpolis, pois outras formas de recolhimento, como a contribuição assistencial¹³, fundo de greve, mensalidades dos filiados e pequenas atividades como venda de camisetas, rifas, etc. constituem as principais fontes de sustentação financeira da entidade.

A antiga diretoria, no entanto, estava presa à velha postura com relação à destinação e arrecadação de recursos. As aplicações da contribuição sindical são feitas meramente em atividades administrativas e assistenciais. A manutenção dos serviços como compra de remédios, equipamentos médico-odontológicos comprometia grande parte das finanças da entidade.¹⁴

O fato de a antiga diretoria estimular o assistencialismo como a única forma de vínculo entre o sindicato e os trabalhadores criou dificuldades no começo da gestão das novas lideranças para romper com essa prática. Entretanto, houve um processo rápido de diminuição das despesas assistenciais. Os debates promovidos pela nova gestão para discutir o fim da política assistencialista surtiram efeito. Assim, os trabalhadores decidiram pelo fim de tais serviços, pois entendiam que esse não era o papel de um sindicato.

Campanha de sindicalização

A campanha de sindicalização foi outro fator que caracteriza o “novo sindicalismo” catarinense. A campanha encabeçada pelas novas lideranças iniciou já no MOB, por meio de um trabalho junto aos bancários, que visava naquele momento, garantir a vitória nas eleições, como também fortalecer a entidade como instrumento de luta efetiva dos trabalhadores bancários.

¹³ A contribuição assistencial, assim como o velho imposto sindical, é previsto em lei. No entanto, a contribuição assistencial pode ser aprovada ou não em assembleia da categoria. O índice que deverá ser arrecadado é uma decisão dos trabalhadores.

¹⁴ A manutenção do Sindicato efetivava-se basicamente por meio do imposto sindical.

A campanha do ano de 1989 possuía a finalidade de fortalecer o sindicato, discutindo com a categoria que “o sindicato é seu maior instrumento de luta”¹⁵. O outro objetivo manifestado era a independência financeira da estrutura sindical de Estado, para buscar sustentação na contribuição dos próprios filiados.

Formação sindical

A greve dos dias 14 e 15 de março de 1989 resultou em um fator importante para a implementação da formação sindical no SEEB-Fpolis. A diretoria esperava a adesão dos trabalhadores ao movimento, o que não ocorreu. A partir disso, a discussão sobre organização e educação da categoria deu condições para a concretização do departamento de formação sindical.

A dificuldade de implementação do departamento estava relacionada a suas finalidades e objetivos. A diretoria não estava priorizando tal departamento, tendo em vista a pouca clareza entre as lideranças quanto a esta questão.

A partir do amadurecimento das discussões sobre a formação sindical, mediante a elaboração de um projeto para áreas, buscava-se encontrar respostas para questões como: Para que formação sindical? Qual metodologia adotar? Quais objetivos alcançar? Este projeto revelava a visão de educação sindical:

O papel da formação sindical é o de propiciar uma reflexão coletiva e sistemática da prática social dos trabalhadores, possibilitando uma compreensão maior dos mecanismos de exploração e dominação existentes na sociedade capitalista e nos locais de trabalho (PROPOSTA, 1989; p. 8)¹⁶

Entre os objetivos levantados pelo documento, estavam:

a) Propiciar condições para que os trabalhadores reflitam a sua realidade concreta e se reconheçam como agentes possuidores de um saber acumulado através de uma vivência cotidiana;

¹⁵ A publicidade da campanha recebeu tratamento considerável com a confecção de diversos materiais que eram utilizados pelos diretores e a categoria. O SEEB-Fpolis tinha, em Outubro/1988, 4.389 filiados. Em Junho/1989, oito meses depois, passou para 4.488 filiados. O BESC era o banco que tinha o maior número de filiados, 2.114, seguido do Banco do Brasil, com 640 e CEF, com 387 filiados. Nos bancos privados, o número era menor. O Bradesco era de 206, o Bamerindus 130, o Itaú 53 e o Unibanco 44. O BESC foi incorporado pelo Banco do Brasil em 2009; ele chegou a ser “federalizado” para ser vendido ao grande capital financeiro. Sobre a privatização do sistema financeiro estadual (ver SILVA, 2008).

¹⁶ Sobre a metodologia a adotar, o projeto propunha envolver os trabalhadores e a direção num trabalho conjunto, na busca de uma troca de experiências mútuas. As atividades se dariam via cursos, seminários, simpósios, etc.

b) adquirir uma visão de totalidade da sociedade a partir da experiência entre trabalhadores de base de uma mesma categoria ou categorias diversas; c) permitir um intercâmbio de aprendizado entre os profissionais da educação sindical e os trabalhadores dirigentes; e) fortalecer a divulgação de informações úteis para que os trabalhadores percebam a importância da ação coletiva e de seus instrumentos de organização e luta; f) estimular o trabalhador a pensar e agir coletivamente com vista a desenvolver um processo organizativo por local de trabalho, por empresa, no nível da classe como um todo e da própria sociedade; g) incentivar a participação na vida sindical e contribuir para um maior entrosamento entre a direção sindical e as bases; h) incentivar a prática da democracia em todos os níveis dentro e fora do sindicato (PROPOSTA, 1989; p. 9)

O projeto foi aprovado e o departamento de formação sindical começou a realizar as primeiras atividades. Inicialmente, foi elaborado um questionário para a diretoria e militantes, com a finalidade de obter subsídios para a discussão do primeiro seminário que ocorreria com o departamento já implementado. Realizaram-se também, posteriormente, dois cursos sobre história do sindicalismo brasileiro, que foram estendidos a outros sindicatos de bancários do Estado e militantes em geral.

O novo estatuto

A proposta do novo estatuto para o SEEB-Fpolis, aprovado pela diretoria, constitui-se num compromisso para o rompimento com a estrutura sindical de Estado.

Como em muitos sindicatos do país, o estatuto existente era uma cópia da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e apesar de ter sofrido algumas alterações em dezembro de 1977, conserva-se fiel à legislação padrão.

Descontente com o modelo imposto pelo Estado, que impedia a livre organização dos trabalhadores, o Sindicato decidiu implementar um novo regimento interno, para a defesa dos interesses dos trabalhadores, da liberdade sindical, do avanço na organização e da democratização das lutas do movimento bancário.

O novo estatuto, já no seu capítulo I, atribui ao sindicato um papel classista e autônomo em compromisso com os trabalhadores e a sociedade em geral.

Diz o artigo 4º. “O Sindicato desenvolve suas atividades de forma independente da classe patronal, do Estado, do governo e de forma autônoma em relação aos partidos políticos, aos credos religiosos e aos agrupamentos de natureza não sindical.”

O artigo 5º, ao tratar dos objetivos, diz que se deve “lutar para superação da estrutura sindical vigente, reunindo todos os esforços para a implementação da sua organização baseada na liberdade e autonomia sindical das atividades”, bem como “promover a solidariedade entre os trabalhadores, desenvolvendo e fortalecendo a consciência de classe”.

O artigo 6º, sobre as prerrogativas e deveres, é diferente do antigo estatuto na medida em que rompe com o papel obrigatório de manter os serviços assistenciais para os associados e institui a liberdade de filiação e organizações sindicais internacionais. Este artigo pressupõe uma melhor organização para os bancários e os demais trabalhadores. No que cabe à administração do sindicato, o novo estatuto amplia suas funções, criando, para isso, subsecretarias para assuntos jurídicos, comunicação, saúde, segurança no trabalho, formação sindical, assuntos econômicos, culturais e esportivos.

Postura ideológica

A diretoria do SEEB-Fpolis, que assumiu em 1987, está enquadrada no denominado “novo sindicalismo”, pelas características elucidadas anteriormente. Evidencia-se ainda mais este enquadramento a partir das propostas que assume enquanto movimento de oposição ao modelo de sindicalismo tutelado pelo Estado.

A postura estratégica e ideológica desta gestão se fundamenta em características que orientam a sua atuação e que, além dos princípios do “novo sindicalismo” contribuem para a mudança do papel da entidade. A maioria dos membros da diretoria está ligada a partidos de esquerda, especialmente do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Esta tendência não significa necessariamente subordinação do sindicato ao partido, mas dá sustentação ideológica do tipo de sindicalismo; pela concepção social que possuem suas lideranças e pela postura ideológica, principalmente na chamada linha do sindicalismo classista. Um exemplo disto foi a filiação do Sindicato à CUT e não à Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

O processo de filiação à CUT se iniciou como base em uma série de denúncias a respeito das irregularidades cometidas pela Federação dos Bancários de Santa Catarina e a sua atuação nas campanhas salariais¹⁷. A partir daí,

¹⁷ Na Folha Sindical de 20/10/1988 e 26/10/1988 são feitas denúncias referentes às mordomias e altos salários que vinham recebendo os diretores da Federação dos Bancários, bem como a contratação irregular de um advogado, que recebia pelo banco e pela entidade, pois desrespeitava o estatuto da entidade.

surtem no jornal “Folha Sindical” várias reportagens com objetivo de esclarecer a categoria sobre a organização das centrais sindicais no país e no mundo, mostrando as bandeiras de luta das duas principais centrais sindicais.

O porquê de se filiar a uma central sindical era entendido a partir da questão de que “todos os trabalhadores tinham objetivos comuns” e que a atual modelo de organização tutelada pelo aparelho de Estado não atendia as necessidades dos sindicatos, pois representava, segundo suas lideranças, o atraso na organização dos trabalhadores. A Federação, como entidade, que deveria ser um efetivo instrumento de luta, não estava cumprindo o seu papel político.¹⁸

Descontentes com as irregularidades cometidas pela Federação dos Bancários e com o modelo de sindicalismo vigente, o SEEB-Fpolis, por meio de uma assembléia geral realizada no dia 30 de novembro de 1989, contando com a participação de diversas entidades sindicais da região da Grande Florianópolis, decidiu filiar-se à CUT. Nesta mesma assembléia foi decidida também a desfiliação do sindicato da sua Federação.

Uma vez filiado à CUT, os rumos do movimento bancário, segundo os diretores, ganham um novo caráter. Objetiva-se caminhar para a destruição da estrutura sindical imposta pelo Estado e a implementação de uma nova organização.

Conclusão

A história do movimento sindical bancário não se distancia muito da história dos outros trabalhadores brasileiros, apesar de ter iniciado e crescido até o Golpe de 1964, com uma organização atuante, que se tornou ponta de lança de outras lutas sindicais no país. Por ser um “setor nervoso” da economia, a atividade bancária, assim como o bancário, tem suas particularidades de organização.

Após 1964, especialmente, com a reordenação do sistema financeiro, muitas foram as conseqüências para a organização sindical dos trabalhadores deste setor. As grandes transformações, como concentração, centralização bancária e a própria automação, tiveram implicações fundamentais. Tais processos encontraram seus pontos de apoio nas facilidades do regime, que, através da criação do Banco Central, deu grande força aos bancos privados. Antes de 1964, a organização sindical bancária estava presente, em nível nacional, nos bancos públicos. O reordenamento bancário a partir da militarização do Estado criou uma espécie de nova categoria. Muda o perfil do bancário. A nova força de trabalho criada pelos bancos privados é suscetível à forte rotatividade.

¹⁸ Folha Sindical, 15/11/1989.

Estas transformações que ocorreram no sistema financeiro nos últimos 25 anos têm dificultado a luta dos trabalhadores. A desvalorização da profissão, o arrocho salarial, a intensificação do uso de novas tecnologias acarretaram a desqualificação profissional de uma mudança radical na organização do trabalho dentro dos bancos, prejudicando sensivelmente a ação sindical.

Vale ressaltar o papel que cumpriu o Estado. Ele facilitou as mudanças no sistema financeiro e reprimiu a resistência do movimento bancário, uma vez que, até os anos 60, a organização dos trabalhadores ocorria basicamente nos bancos públicos.

O movimento sindical bancário, em sua reorganização, considerou este conjunto de fatores para sua reestruturação. A nova organização sindical, sobretudo o sindicalismo ligado à CUT, tenta “recuperar” as entidades sindicais. Surgem os movimentos de oposição bancária, estabelecendo uma correção de forças com o “antigo sindicalismo”.

Quando o movimento se reorganizava, os banqueiros, através da Federação Nacional dos Bancos (FENABAN), já se organizavam nacionalmente. A partir de 1985, com bandeiras que se contrapunham principalmente às questões de organização do sistema financeiro, ao arrocho salarial, à política governamental, o movimento sindical bancário vinha se estruturando também unificadamente e desenvolvendo greves nacionais da categoria.

Esta estratégia tinha como objetivo fortalecer a luta dos trabalhadores bancários, através da maior unidade da categoria, da desmistificação das relações de trabalho dentro dos bancos, sempre para o fortalecimento do sindicalismo de classe.

A análise da prática sindical da diretoria do SEEB-Fpolis ajuda a elucidar alguns percursos e dilemas do sindicalismo classista.

A gestão (1987-1990) assumiu uma entidade debilitada. Verificou-se que a diretoria anterior mantinha o sindicato como um órgão assistencialista, alheio aos anseios dos trabalhadores e em descrédito para o conjunto dos bancários. É significativa, então, a mudança de prática em relação a este sindicalismo. Para dar encaminhamento as suas propostas, esta gestão teve que recuperar a entidade em vários aspectos. Todavia, é necessário evidenciar a diretriz política da referida gestão. Dessa forma, é possível observar que a estratégia defendida, como movimento de oposição, muda após assumir a direção, permanecendo como anseio, mas não conseguindo se efetivar na prática, como esperado pela maioria dos dirigentes.

Poder-se-á ressaltar uma tendência do sindicalismo brasileiro que é a burocratização das entidades (entendida como o distanciamento da cúpula da base). A organização não dá conta da criação de espaços de participação, de novas lideranças, de canais de expressão da categoria. À medida que vai se cristalizando essa tendência, a mesma a direção que sai de um movimento de oposição,

com expressivo apoio e contato com o trabalhador(a), distancia-se e suas propostas já não encontram tanta ressonância. No caso da direção em análise, os princípios de organização, como a departamentalização do sindicato, se efetivaram como estrutura, mas suas tarefas não conseguiram avançar no sentido de efetivar uma organização. Exemplos significativos: a organização de base do sindicato praticamente inexistente e a não ampliação de lideranças.

A formação sindical foi um dos setores mais problemáticos. Este departamento concretizou uma proposta de atuação somente em 1989 e não conseguiu durante a gestão realizar a “formação de novas lideranças e a educação sindical”, como defendia o documento do MOB. A falta de formação de lideranças, que nesse caso poderíamos chamar de estratégias, contribuiu cada vez mais para a dificuldade de penetração do sindicato nos bancos em muitos casos: greves, contatos, entregas de boletins, discussões acerca da organização, etc. Nos bancos privados, que tiveram problemas nas últimas greves, e até mesmo nos bancos públicos (onde o teor do corporativismo se fazia muito presente), este tipo de estratégia seria fundamental. A base da ação, no caso dos bancos privados, estaria centrada na tentativa de, no caso de greves, não contar apenas com a atuação nos bancos, o que mudaria o princípio de as greves se darem unicamente de “fora para dentro”.

Assim como aconteceu na formação sindical, e também pelo fato de ela não ter acontecido (apesar do conteúdo da proposta de 1989), os outros setores de atuação não tiveram resultados animadores. A campanha de sindicalização não surtiu muitos efeitos, os números de filiações foram baixos, diante das expectativas da diretoria.

No que tange ao novo estatuto, ao contrário do que se pode esperar de um sindicato com organização de base, partiu de um departamento do sindicato para a categoria. Não fosse a questão do tempo e do processo de desligamento da base, o caminho inverso era mais um meio de colocar a entidade no dia a dia os bancários. Note-se que aqui discutimos como foi encaminhada a discussão e não o mérito do conteúdo da proposta do novo estatuto.

O processo de “formação e educação sindical” se faz necessário também para a própria discussão da destinação de verbas e da obtenção destas. Se a herança do “antigo” sindicalismo foi a questão assistencial como maior vínculo entre as partes, este processo poderia contribuir para a discussão do real papel da entidade e, conseqüentemente, da destinação de verbas.

Todos esses exemplos elucidam uma tendência à burocratização da entidade e a fragilidade do teor democrático das organizações, na medida em que a base vai perdendo o contato com a cúpula, diminuindo sua participação.

Isto não acontece somente no âmbito do sindicato em estudo. Poderia ser levado para a maioria dos sindicatos do país hoje, que trabalham na linha da CUT. Apesar das definições de bandeiras e estratégias nos congressos da CUT,

o movimento ainda tem dificuldades para concretizar os princípios da concepção sindical classista e o rompimento com a estrutura sindical oficial.

Neste sentido, o que se pode concluir da influência das lideranças sobre a base? Quais os dilemas e perspectivas de sindicalismo classista?

Depois de tantos anos de sindicalismo sem liberdade sindical, surgiu o “novo sindicalismo”, este assumiu divergências de concepções em seu interior. Para o sindicalismo classista, além de fazer caminhar suas lutas rumo à definição alternativa dos trabalhadores, um dos desafios é se diferenciar (na prática) do “sindicalismo de resultados”, que confunde e que se torna um entrave na medida em que reforça o corporativismo e busca um capitalismo moderno.

A grande discussão no movimento sindical cutista, quanto aos seus objetivos, centra-se na discussão da combinação das lutas econômicas e políticas, ou na politização da lutas econômicas. Contudo, essa discussão, vencida no interior dos sindicatos por uma ou outra tendência, acaba não tendo ressonância na atuação sindical do movimento. Ainda hoje tem sido difícil organizar um movimento amplo, com significativa capacidade de pressão, à medida que o que se configura é um sindicalismo culpista, que tem suas raízes, por que daí se originou, na estrutura sindical de Estado.

As dificuldades de romper com a estrutura sindical oficial, de criar raízes e organização nos locais de trabalho, de criar canais expressivos de participação das categorias ainda é um dos maiores entraves na construção de um sindicalismo realmente livre, autônomo, democrático, representativo, de massas e organizado a partir dos locais de trabalho.

E o trabalho de formação de novas lideranças, a discussão do que é e representa a base sindical, e, conseqüentemente de como deve ser trabalhada, enfim, do que representam o político, o econômico e o sindical, parecem precisar de urgência nas discussões atuais.

Referências bibliográficas

ANTUNES, R.O *Novo sindicalismo no Brasil*. 2ª Edição. Campinas: Pontes, 1995.

BOITO JR., A. *Sindicalismo de Estado no Brasil. Uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: Unicamp e Hucitec, 1991.

CANEDO, L.B. *Movimento sindical bancário e participação política*. Campinas: Unicamp, 1986.

MINELLA, A.C. *Banqueiros: organização e poder político no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ANPOCS, 1988.

SILVA, J.C. *Privatizações no setor bancário: trabalho e resistência na “federalização” do Besc*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

SILVA, J.C. *Sindicalismo de estado: reforma e persistência da estrutura sindical no setor bancário*. Florianópolis: Áter Agora, 1999.